



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

TARDE

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ANTROPÓLOGO - ANTROPOLOGIA

PROVA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 60 questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **3 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Será coletada a impressão digital de todos os candidatos em campo específico da lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto – A bananeira está em perigo. Conheça as soluções. (Fragmento; adaptado)

Robusta, nutritiva e abundante, ela é a fruta mais consumida do mundo. Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras. Isso significa que uma doença poderia arrasara a produção mundial. Entenda o que ameaça a banana – e a corrida para tentar salvá-la.

Por Bruno Garattoni, Renata Cardoso e Leonardo Pujol

§1º Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado. O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado, do seu déficit cognitivo (só começou a falar aos 4 anos de idade) e dos muitos problemas de saúde que enfrentou ao longo da vida.

§2º A bananeira é o oposto disso. Trata-se de uma planta robusta e viçosa, que cresce rápido e dá muitos frutos: a banana é a fruta mais consumida do mundo, com 125 milhões de toneladas produzidas por ano [...].

§3º Carlos II foi o resultado de uma série de casamentos consanguíneos, em que os membros da dinastia Habsburgo tiveram filhos entre si ao longo de várias gerações. [...] Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente, e foram acumulando mutações causadoras de doenças.

[...]

§4º A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir. E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada: o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.

§5º Nasce uma nova bananeira – que, eis o problema, é geneticamente idêntica à anterior. Ela não tem, como Carlos II não teve, um pai e uma mãe com genes bem diferentes, cuja mistura aperfeiçoa o DNA e ajuda a proteger contra doenças. As bananeiras são clones – por isso, um único patógeno pode exterminá-las todas.

§6º E já existe um: o *Fusarium oxysporum*. Trata-se de um fungo que se desenvolve no solo, e infecta as raízes das bananeiras, impedindo que elas puxem água e nutrientes.

§7º Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: o *F. oxysporum* é imune a todos os agrotóxicos.

[...]

O preço da banana

[...]

§8º A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático. Acredita-se que, entre 7 mil e 5 mil a.C., os nativos da Papua-Nova Guiné teriam feito cruzamentos e domesticado as bananeiras selvagens (cheias de sementes duras, de quebrar os dentes). E voilá: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes.

§9º Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes: trata-se de óvulos não fecundados. Isso porque os papuásios descobriram um método curioso para reproduzir a planta: bastava cortar e replantar um pedaço dela.

[...]

§10º Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana [...].

§11º Foi quando ela chegou aos EUA, contudo, que a coisa mudou de patamar. [...] Em menos de duas décadas, os americanos já estavam comendo mais bananas do que maçãs ou laranjas. De olho nesse mercado, a Boston Fruit Company começou a comprar terras na América Central para cultivo e exportação da banana a partir de 1885.

§12º Criada em 1899, a United Fruit Company (UFC) – atual Chiquita Brands International – se tornou a maior empresa do setor. Era tão poderosa que, na primeira metade do século 20, mandava nos governos da Guatemala e de Honduras, onde mantinha plantações – foi daí que surgiu a expressão “república das bananas”.

[...]

§13º Em 1951, Juan Jacobo Árbenz Guzmán, de apenas 38 anos, foi eleito presidente da Guatemala com a promessa de fazer duas reformas: uma trabalhista e outra agrária, que garantissem salários justos e devolvessem parte da terra aos pequenos agricultores.

§14º A United Fruit, obviamente, não gostou. Se opôs duramente ao novo governo, e em agosto de 1953 conseguiu convencer o presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower, a patrocinar um golpe de estado na Guatemala.

§15º A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, financiou e treinou 480 homens, liderados pelo coronel guatemalteco Carlos Castillo Armas, e também organizou um bloqueio naval.

§16º As tropas de Castillo invadiram o país em 18 de junho de 1954, o Exército não reagiu – e, nove dias depois, o presidente Guzmán acabou forçado a renunciar. A Guatemala mergulhou em uma guerra civil que duraria 36 anos. E a United retomou seu poder. [...]

Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/o-futuro-da-banana>

1

“Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente [...]” (Texto 1, 3º parágrafo)

Manuais de estilo tendem a desaconselhar a repetição de palavras, sob a alegação de que isso prejudicaria a eufonia do texto.

Na passagem acima, porém, a repetição do advérbio “mais” desempenha a função de indicar:

- (A) ressalva;
- (B) intensidade;
- (C) progressividade;
- (D) impessoalidade;
- (E) desfavorecimento.

2

“Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes [...]” (Texto 1, 9º parágrafo)

Nessa passagem, o uso do pronome demonstrativo “aqueles” produz o efeito de:

- (A) evidenciar um equívoco dos papuásios;
- (B) exprimir concordância entre os cientistas;
- (C) expressar perplexidade quanto a uma tese;
- (D) simular proximidade entre enunciador e leitor;
- (E) levantar dúvida em relação a uma constatação.

3

No texto, predomina a função referencial, na qual o enunciador é invisibilizado e o conteúdo (ou referente) é colocado em foco.

Apesar disso, há passagens em que se pode constatar a presença da função emotiva, na qual o enunciador ganha proeminência na construção do discurso.

A única alternativa em que o elemento sublinhado NÃO é uma marca de função emotiva é:

- (A) “A United Fruit, obviamente, não gostou.” (14º parágrafo);
- (B) “Mas a prática teve uma consequência terrível: [...]” (3º parágrafo);
- (C) “E voilà: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes.” (8º parágrafo);
- (D) “O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado.” (1º parágrafo);
- (E) “Nasce uma nova bananeira – que, eis o problema, é geneticamente idêntica à anterior” (5º parágrafo).

4

Textos produzidos em registro semiformal frequentemente apresentam usos que não obedecem às prescrições gramaticais.

Um exemplo dessa situação pode ser visto na seguinte passagem:

- (A) “Robusta, nutritiva e abundante, ela é a fruta mais consumida do mundo.” (Linha fina, situada abaixo do título);
- (B) “Isso a torna muito mais agradável de consumir.” (4º parágrafo);
- (C) “Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: [...]” (7º parágrafo);
- (D) “A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático.” (8º parágrafo);
- (E) “Se opôs duramente ao novo governo [...]” (14º parágrafo).

5

“A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático.” (8º parágrafo)

“A Guatemala mergulhou em uma guerra civil que duraria 36 anos.” (16º parágrafo)

Nas duas passagens acima, o futuro do pretérito exprime significados distintos.

A alternativa em que o futuro do pretérito apresenta, respectivamente, os mesmos significados observados nas passagens acima é:

- (A) O acusado alegou que a vítima teria reagido. / Ele avisou que chegaria tarde;
- (B) Se eu fosse você, não viria. / Mesmo em uma situação dramática, ele não colaboraria;
- (C) Antigamente, eu achava que estaria rico aos 30 anos. / Quem aceitaria uma proposta dessas?!
- (D) Você me ajudaria com esse problema? / Antigamente, eu achava que estaria rico aos 30 anos;
- (E) Ninguém te ajudaria, caso isso tivesse acontecido. / Naquele momento, eu não sabia que daria tudo certo.

6

“Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes [...]” (9º parágrafo)

Tipicamente, uma oração condicional expressa uma condição que precisa ser satisfeita para que uma determinada situação seja verdadeira. Na passagem acima, porém, isso não ocorre, o que caracteriza um uso não convencional da oração condicional.

A alternativa em que se verifica um uso não convencional, análogo ao da passagem acima, da oração condicional é:

- (A) Eu, caso ganhe na loteria, darei a volta ao mundo;
- (B) Se você estiver com fome, tem comida na geladeira;
- (C) Se acaso você viesse, eu não me conteria de felicidade;
- (D) Vou ajudá-lo com essa tarefa, ainda que você não mereça;
- (E) Posso até ir com você, mas desde que você se comporte.

7

“Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras.” (Texto 1, linha fina, situada abaixo do título)

Nessa passagem, os dois-pontos introduzem uma especificação.

Dentre os usos abaixo, o único em que os dois-pontos NÃO introduzem uma especificação, e sim uma explicação, é:

- (A) “E já existe um: o *Fusarium oxysporum*.” (6º parágrafo);
- (B) “Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente [...]” (3º parágrafo);
- (C) “Isso porque os papuásios descobriram um método curioso para reproduzir a planta: bastava cortar e replantar um pedaço dela.” (9º parágrafo);
- (D) “Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: o *F. oxysporum* é imune a todos os agrotóxicos.” (7º parágrafo);
- (E) “E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada: o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.” (4º parágrafo).

8

A conjunção “e” apresenta, primariamente, valor aditivo. Dentre as alternativas abaixo, o único caso em que ela exhibe, adicionalmente, valor conclusivo é:

- (A) “Trata-se de uma planta robusta e viçosa [...]” (2º parágrafo);
- (B) “E já existe um: o *Fusarium oxysporum*.” (6º parágrafo);
- (C) “[...] o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.” (4º parágrafo);
- (D) “Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer [...]” (7º parágrafo);
- (E) “As tropas de Castillo invadiram o país em 18 de junho de 1954, o Exército não reagiu – e, nove dias depois, o presidente Guzmán acabou forçado a renunciar” (16º parágrafo).

9

Dentre as alternativas abaixo, o único caso em que o significado do elemento sublinhado foi identificado INCORRETAMENTE é:

- (A) “Mas a prática teve uma consequência terrível: [...]” (3º parágrafo) – oposição;
- (B) “E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada” (4º parágrafo) – modo;
- (C) “Ela não tem, como Carlos II não teve, um pai e uma mãe com genes bem diferentes [...]” (5º parágrafo) – comparação;
- (D) “As bananeiras são clones – por isso, um único patógeno pode exterminá-las todas.” (5º parágrafo) – conclusão;
- (E) “Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana.” (10º parágrafo) – finalidade.

10

“Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana [...]” (10º parágrafo)

Manuais de estilo tendem a condenar o uso da expressão “o mesmo” como estratégia para retomar um elemento citado anteriormente. Há casos, porém, como na passagem acima, em que esse uso não é problemático.

A alternativa em que o emprego de “o mesmo” é análogo ao da passagem acima, e conseqüentemente se mostra aceitável do ponto de vista estilístico, é:

- (A) O irmão do meu amigo saiu cedo, mas o mesmo nunca tem hora para voltar;
- (B) É melhor tomar cuidado com esse carro, porque o mesmo sempre dá defeito;
- (C) O mundo se mobilizou para derrotar a covid, mas o mesmo não ocorre com as doenças tropicais;
- (D) O Carlos sempre manda mensagem para o José; o mesmo, porém, nunca demonstra gratidão;
- (E) Eu comprei um livro maravilhoso há quase duas semanas, mas o mesmo ainda não foi entregue.

11

Nas alternativas abaixo, vemos, à esquerda, uma passagem do texto 1 e, à direita, essa mesma passagem reescrita com o acréscimo ou supressão de pelo menos uma vírgula.

O único caso em que essa alteração NÃO produz mudança substancial de significado NEM acarreta erro gramatical é:

- (A) “O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado [...]” (1º parágrafo) -> O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto, estranhamente, deformado;
- (B) “Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado.” (1º parágrafo) -> Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos o Enfeitiçado;
- (C) “Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado.” (1º parágrafo) -> Carlos II rei da Espanha entre 1665 e 1700 também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado;
- (D) “[...] os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente, e foram acumulando mutações causadoras de doenças” (3º parágrafo) -> Os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente e foram acumulando mutações causadoras de doenças;
- (E) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> A bananeira domesticada cujas frutas nós comemos não tem sementes.

12

“A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir.” (4º parágrafo)

A reescritura dessa passagem que NÃO gera erro gramatical é:

- (A) A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso torna-a muito mais agradável de consumir;
- (B) A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso lhe torna muito mais agradável de consumir;
- (C) A bananeira domesticada, que as frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir;
- (D) A bananeira domesticada, cujo as frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir;
- (E) A bananeira domesticada, de cujas frutas nós nos aproveitamos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir.

13

“Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras. Isso significa que uma doença poderia arrasar a produção mundial. Entenda o que ameaça a banana – e a corrida para tentar salvá-la.” (linha fina, situada abaixo do título)

Nas alternativas a seguir, há versões modificadas dos três períodos que compõem a passagem acima. A única modificação que acarreta erro quanto ao uso do acento grave é:

- (A) Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas umas às outras;
- (B) Isso leva à conclusão de que uma doença poderia arrasar a produção mundial;
- (C) Isso significa que uma doença poderia causar prejuízos à produção mundial;
- (D) Entenda o que ameaça a banana – e o esforço para que se chegue à uma maneira de salvá-la;
- (E) Entenda o que traz ameaças à banana – e a corrida para tentar salvá-la.

14

Nas alternativas abaixo, vemos, à esquerda, uma passagem do texto 1 e, à direita, essa mesma passagem reescrita com uma modificação.

O único caso em que essa modificação NÃO produz erro quanto à flexão ou grafia de uma forma verbal é:

- (A) “Trata-se de uma planta robusta e viçosa, que cresce rápido e dá muitos frutos: [...]” (2º parágrafo) -> Tratam-se de plantas robustas e viçosas, que crescem rápido e dão muitos frutos;
- (B) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> As bananeiras domesticadas, cujas frutas nós comemos, não tem sementes;
- (C) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não possui sementes;
- (D) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> Na bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não há sementes;
- (E) “E voilà: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes” (8º parágrafo) -> E voilà: desenvolveu-se bananeiras que produzem frutos sem sementes.

15

“A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, financiou e treinou 480 homens [...] e também organizou um bloqueio naval.” (15º parágrafo)

A única reescritura do período acima que preserva todas as relações de significado da passagem original é:

- (A) A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que, além de armar, financiar e treinar 480 homens, ainda organizou um bloqueio naval;
- (B) A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, a fim de financiar e treinar, 480 homens, e também organizou um bloqueio naval;
- (C) A operação, à medida que ficou conhecida como PBSuccess, foi organizada pela CIA – a qual armou, financiou e treinou 480 homens e, por conseguinte, organizou um bloqueio naval;
- (D) A operação, que ficou conhecida como PBSuccess, foi organizada pela CIA, a qual armou, financiou e treinou 480 homens, embora tenha organizado um bloqueio naval;
- (E) A operação, que teve como codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que, no entanto, armou, financiou e treinou 480 homens e também organizou um bloqueio naval.

Noções de Legislação

16

De acordo com a Portaria nº 2.100, de 04.08.2021, a Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul tem por finalidade realizar os serviços auxiliares indispensáveis ao pleno desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas do órgão de cúpula do Poder Judiciário. A referida Secretaria é integrada pela Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Geral de Justiça e Conselho Superior da Magistratura.

À luz do mencionado ato normativo, é correto afirmar que está na estrutura da Presidência:

- (A) o Departamento de Precatórios;
- (B) o Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas;
- (C) o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos;
- (D) o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais;
- (E) o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

17

Marcelino foi aprovado no concurso de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, de modo que, no ato da posse, firmou compromisso de cumprimento das normas de conduta ética.

À luz do Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução nº 252, de 21.07.2021), é correto afirmar que ele assumiu o compromisso de:

- (A) atuar com assertividade e apreço pela verdade, salvo se tal atuação for contrária à pessoa interessada ou à administração;
- (B) manifestar-se em nome do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, mesmo que sem permissão da autoridade competente;
- (C) evitar assumir posição de intransigência, respeitando os posicionamentos e as ideias divergentes, sem prejuízo do dever de representar contra irregularidades;
- (D) buscar o desenvolvimento profissional e a aplicação das inovações surgidas na área de sua atuação, evitando, contudo, disseminar no ambiente de trabalho informações e conhecimentos obtidos em razão de treinamentos ou de exercício profissional;
- (E) observar os princípios e normas estabelecidos no aludido Código no âmbito de sua atuação funcional, de modo que não precisa atentar para tanto em sua atuação particular, ainda que isso possa comprometer o exercício de suas atribuições.

18

As autoridades competentes no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul estão analisando a viabilidade de criação, elevação, rebaixamento e extinção de comarcas.

Nesse contexto, considerando o disposto no Código de Organização e Divisão Judiciárias (Lei nº 1.511/1994), é correto afirmar que é requisito essencial para a criação e instalação de uma nova comarca:

- (A) extensão territorial mínima de oitocentos quilômetros quadrados;
- (B) mínimo de cinco mil eleitores inscritos;
- (C) movimento forense não inferior a quatrocentos feitos judiciais;
- (D) população mínima de cinquenta mil habitantes;
- (E) trezentas casas na sede, pelo menos.

19

Diante da notícia acerca da reformulação de determinada carreira no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, Nayara ficou muito preocupada com a sua situação funcional, considerando ser servidora estável de um dos cargos que devem ser extintos.

Em razão disso, Nayara passou a perquirir as normas do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei nº 3.310, de 14.12.2006) acerca do tema, vindo a concluir corretamente que a extinção do cargo por ela ocupado:

- (A) deverá importar em sua exoneração, pois ela não cometeu qualquer falta funcional que pudesse ensejar a sua demissão;
- (B) não poderá importar em sua disponibilidade, por essa se tratar de penalidade aplicável a servidor que cometeu falta funcional;
- (C) deverá importar em seu aproveitamento em cargo ou padrão superior ao que ocupava anteriormente;
- (D) poderá importar em seu aproveitamento, sendo viável que esse se dê em cargo de padrão inferior ao que ocupava, situação em que ela terá direito à diferença salarial correspondente;
- (E) poderá importar em sua disponibilidade, com a mesma remuneração que percebia, independentemente de seu tempo de contribuição para a aposentadoria.

20

Joyce, estagiária junto ao Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, perguntou a Mariana, servidora ocupante exclusivamente de cargo em comissão, que trabalha no mesmo órgão, sobre a possibilidade de receber brindes e presentes no exercício de sua atividade.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Portaria nº 2.121, de 08.11.2021, Mariana respondeu corretamente que:

- (A) a vedação relacionada ao recebimento de brindes e presentes não se aplica aos estagiários, enquanto colaboradores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul;
- (B) é vedado o recebimento de quaisquer brindes ou presentes, ainda que não tenham valor comercial ou que sejam distribuídos por entidades sem fins lucrativos a título de divulgação;
- (C) é vedado o recebimento de brindes ou presentes, mas, caso não seja possível a devolução sem custos para o recebedor ou constrangimento perante a pessoa concedente, é necessário comunicar o fato aos órgãos competentes, para promover a doação para entidades sem fins lucrativos;
- (D) a vedação de recebimento de brindes ou presentes não se aplica àqueles que forem distribuídos por entidade de qualquer natureza por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, desde que não ultrapassem o valor de 1 (um) salário-mínimo;
- (E) é vedado o recebimento de brindes ou presentes, mas, se por qualquer razão, esses não puderem ser recusados, o fato deve ser comunicado ao gestor da unidade ou comitê de compliance, a fim de que sejam adotadas as providências pertinentes para tanto.

Conhecimentos Específicos**21**

Leia o trecho abaixo, escrito pelo antropólogo José Guilherme Magnani:

“[...] o que se propõe é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. Esta [sic] estratégia supõe um investimento em ambos os pólos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise.”

O método de pesquisa a que o autor se refere é:

- (A) *survey*;
- (B) estudo de caso;
- (C) revisão bibliográfica;
- (D) método etnográfico;
- (E) entrevista qualitativa.

22

No texto “A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras”, publicado em 1978, por Anthony Seeger, Roberto da Matta e Eduardo Viveiros de Castro, os autores afirmam que:

“[...] a originalidade das sociedades tribais brasileiras reside numa elaboração particularmente rica da noção de pessoa, com referência especial à corporalidade enquanto idioma simbólico focal. Ou, dito de outra forma, sugerimos que a noção de pessoa e uma consideração do lugar do corpo humano na visão que as sociedades indígenas fazem de si mesmas são caminhos básicos para uma compreensão adequada da organização social e cosmologia destas sociedades.”

As categorias analíticas a que a tese dos autores se refere são:

- (A) ritual e cura;
- (B) saúde e doença;
- (C) corpo e pessoa;
- (D) limpeza e sujeira;
- (E) corporeidades e individualismo.

23

Em 2005, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tombou o ofício das baianas de acarajé no Livro dos Saberes. Diz o site do Iphan:

“Este bem cultural [...] consiste em uma prática tradicional de produção e venda, em tabuleiro, das chamadas comidas de baiana, feitas com azeite de dendê e ligadas ao culto dos orixás, amplamente disseminadas na cidade de Salvador, Bahia.”

O IPHAN define a natureza desse bem cultural como:

- (A) reparação histórica;
- (B) patrimônio material;
- (C) patrimônio imaterial;
- (D) patrimônio simbólico;
- (E) patrimônio do trabalho.

24

O antropólogo Victor Turner é autor da frase: “O drama da estrutura e antiestrutura termina no palco da cultura”. A contribuição desse autor britânico para a antropologia da segunda metade do século XX é notável.

As pesquisas de Victor Turner contribuem principalmente para a antropologia:

- (A) da arte;
- (B) dos rituais;
- (C) do esporte;
- (D) audiovisual;
- (E) da burocracia.

25

O antropólogo franco-holandês Arnold van Gennep (1873-1957) é conhecido autor da antropologia das análises rituais. Em um de seus textos, ele diz:

“Frequentemente – e isso é um fato sobre o qual chamo a atenção – os vínculos do moço ou da moça com os ambientes anteriores (de idade, sexo, parentesco, tribo) são considerados tão poderosos que é preciso agir com cautela para rompê-los. Daí as fugas e perseguições múltiplas, na floresta ou na montanha, os pagamentos de dotes ou compras por frações, as repetições dos ritos.”

Essa análise trata dos ritos:

- (A) fúnebres;
- (B) políticos;
- (C) religiosos;
- (D) de passagem;
- (E) de iniciação xamânica.

26

Em um de seus artigos, Roberto Cardoso de Oliveira escreveu:

“As relações entre essas populações significam mais do que uma mera cooperação, competição e conflito entre sociedades em conjunção. Trata-se – como tenho assinalado – de uma oposição ou, mesmo, uma contradição, entre os sistemas societários em interação que, entretanto, passam a constituir subsistemas de um mais inclusivo que se pode chamar de sistema interétnico.”

O termo usado por Roberto Cardoso de Oliveira para designar a dinâmica entre sistemas societários descrita no trecho acima é:

- (A) assimilação;
- (B) aculturação;
- (C) luta de classes;
- (D) fricção interétnica;
- (E) apropriação cultural.

27

Em seu texto “Elementos para uma sociologia dos viajantes”, publicado em 1987, o antropólogo João Pacheco de Oliveira escreveu:

“A relação que existe, portanto, entre o antropólogo e os relatos de viajantes é marcada por uma grande ambiguidade, ora caracterizando-se por uma grande proximidade e pela expectativa de estabelecer entre esses dois discursos uma relação de complementaridade, ora marcada pelo distanciamento e pelo caráter indissolivelmente singular das informações que respectivamente requerem e oferecem.”

Essa reflexão metodológica do autor se refere à(ao):

- (A) validade científica do trabalho de campo;
- (B) estatuto mitológico dos relatos de viagem;
- (C) estatuto cosmológico do trabalho de campo;
- (D) estatuto etnográfico dos relatos de viagem;
- (E) relevância das entrevistas durante o trabalho de campo.

28

Em 1962, o antropólogo Darcy Ribeiro escreveu:

Um balanço crítico dos cinquenta anos de atividades que o SPI [Serviço de Proteção aos Índios] vem desenvolvendo desde sua criação deve levar em conta as duas ordens de problemas que ele foi chamado a resolver.

1. Os problemas da sociedade brasileira em expansão, que encontra seu último obstáculo para a ocupação do território nacional nos bolsões habitados por índios hostis.
2. Os problemas da população indígena envolvida nesta [sic] expansão, a qual se esforça por sobreviver e acomodar-se às novas condições de vida em que vai sendo compulsoriamente integrada.

Nas suas pesquisas, o antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima faz uma crítica ao modelo de relação entre intelectuais, Estado e indígenas no Brasil, expresso no trecho acima.

O modelo que Souza Lima critica é o do(a):

- (A) indigenismo;
- (B) política de classe;
- (C) celebração cultural;
- (D) apropriação cultural;
- (E) exploração capitalista.

29

No texto “Itinerários terapêuticos e os nexos de significados da doença”, o sociólogo da Universidade Federal da Bahia Paulo César Alves escreveu:

“Itinerário terapêutico é um dos conceitos centrais nos estudos socioantropológicos da saúde. Trata-se de um termo utilizado para designar as atividades desenvolvidas pelos indivíduos na busca de tratamento para a doença ou aflição.”

Uma das principais teses da literatura sobre itinerários terapêuticos é a de que:

- (A) comunidades tradicionais são hospitalocêntricas;
- (B) o Brasil tem um único modelo de saúde e de doença;
- (C) a medicina indígena deveria suplantar as outras práticas médicas no Brasil;
- (D) a medicina ocidental é a única prática terapêutica utilizada nas cidades modernas;
- (E) as práticas terapêuticas acionadas pelas pessoas frequentemente são de natureza heterogênea.

30

A etnografia é o principal método e forma de escrita da antropologia.

Entre os seus preceitos fundamentais, destacam-se:

- (A) os questionários e a tabulação de dados;
- (B) o trabalho de campo e a escrita monográfica;
- (C) os registros fotográficos e a produção audiovisual;
- (D) a distância em relação aos grupos estudados e as biografias;
- (E) as entrevistas em profundidade e os *surveys* de comunidade.

31

As relações entre antropologia e instituições museais são de longa data. Nas últimas décadas, debates críticos feitos por antropólogos e também por grupos que usualmente são objeto de museus etnográficos culminaram em um movimento renovador. Como bem descreveu a antropóloga Regina Abreu:

“Um movimento de entrada em cena de representantes indígenas em museus etnográficos em todo o mundo se afirmou como resultado de movimentos e reivindicações indígenas. Os povos indígenas descobriram os museus e as práticas museológicas, o que abriu espaço para a dinamização dos acervos com novas informações e a atualização das pesquisas sobre os objetos. Além disso, foi também em virtude da descoberta dos museus pelos índios que eles próprios começam a ‘reaprender’ ofícios e práticas já desaparecidos em seus territórios. Os museus etnográficos com seus acervos e o acúmulo de suas pesquisas passaram a ser vistos como fontes de pesquisa e estudo para os próprios povos indígenas.”

A perspectiva teórica contemporânea que tem contribuído para a renovação do debate sobre a atuação de grupos indígenas em museus é o:

- (A) indigenismo;
- (B) pragmatismo;
- (C) funcionalismo;
- (D) estruturalismo;
- (E) pós-colonialismo.

32

Em seu livro “A interpretação da cultura”, o antropólogo Clifford Geertz diz:

“Os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são ‘algo construído’, ‘algo modelado’, não que sejam falsas, não fatuais, ou apenas experimentos do pensamento.”

O autor se refere ao estilo narrativo antropológico denominado:

- (A) crônica;
- (B) etnografia;
- (C) relato de viagem;
- (D) relatório técnico de pesquisa aplicada;
- (E) diário de campo de outros pesquisadores.

33

Em seu artigo “Além da natureza e da cultura”, Philippe Descola discute alguns modos de identificação, entre os quais o animismo e o totemismo.

“Nos sistemas animistas, a continuidade das relações entre humanos e não humanos permitida por suas interioridades comuns supera as discontinuidades apresentadas por suas diferenças físicas. [...] Em contraste, o totemismo australiano é uma estrutura simétrica caracterizada por uma dupla identidade interna a cada classe de seres – identidade ontológica dos componentes humanos e não humanos da classe devido ao compartilhamento de elementos de interioridade e fisicalidade e identidade das relações estabelecidas entre eles, seja de origem, afiliação, similaridade ou inerência à classe.”

O autor concebe esses modos de identificação como:

- (A) culturas;
- (B) ontologias;
- (C) ordens sociais;
- (D) classes sociais;
- (E) epistemologias.

34

No livro “Ritual e performance: estudos clássicos”, a antropóloga Maria Laura Cavalcanti diz:

“Em um sentido mais estrito, portanto, designamos como rituais esses agregados de condutas e ações simbólicas que, sempre feitos e refeitos no curso do tempo, permeiam a experiência social, conferindo-lhe graça, intensidade e ritmo próprios.”

O autor que fez contribuições para a antropologia dos rituais foi:

- (A) Karl Marx;
- (B) Michel Foucault;
- (C) James Frazer;
- (D) Gaston Bachelard;
- (E) Stanley Tambiah.

35

Leia o trecho abaixo, escrito em 1978 por Roberto da Matta, em “O ofício de etnólogo, ou como ter *anthropological blues*”:

“Por *anthropological blues* se quer cobrir e descobrir, de um modo mais sistemático, os aspectos interpretativos do ofício do etnólogo. Trata-se de incorporar no campo mesmo das rotinas oficiais, já legitimadas como parte do treinamento do antropólogo, aqueles aspectos extraordinários ou carismáticos, sempre prontos a emergir em todo relacionamento humano. De fato, só se tem antropologia social quando se tem de algum modo o exótico, e o exótico depende invariavelmente da distância social, e a distância social tem como componente a marginalidade (relativa ou absoluta), e a marginalidade se alimenta de um sentimento de segregação e a segregação implica estar só e tudo desemboca – para comutar rapidamente essa longa cadeia – na liminaridade e no estranhamento.”

Nesse texto, Roberto da Matta faz referência ao princípio de:

- (A) cultura;
- (B) objetividade;
- (C) subjetividade;
- (D) alteridade;
- (E) objetificação.

36

No início do seu ensaio “Mercadorias e a política de valor”, o antropólogo Arjun Appadurai explicita um dos seus objetivos:

“[...] propor uma nova perspectiva sobre a circulação de mercadorias na vida social. Tal perspectiva pode ser sintetizada da seguinte forma: a troca econômica cria o valor; o valor é concretizado nas mercadorias que são trocadas; concentrar-se nas coisas trocadas, em vez de apenas nas formas e funções da troca, possibilita a argumentação de que o que cria o vínculo entre a troca e o valor é a política, em seu sentido mais amplo.”

Com esse argumento, Arjun Appadurai propõe como novo objeto de análise da antropologia:

- (A) as mercadorias;
- (B) a troca;
- (C) a dádiva;
- (D) a vida social das coisas;
- (E) os rituais de comércio.

37

O texto “As técnicas do corpo”, de Marcel Mauss, é um marco no debate antropológico sobre o corpo. Leia o trecho abaixo:

“Entendo por essa expressão [as técnicas corporais] as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo. Em todo caso, convém proceder do concreto ao abstrato, não inversamente.”

A afirmativa que expressa corretamente a perspectiva do autor é:

- (A) o corpo é um substrato biológico;
- (B) as técnicas corporais são aprendidas socialmente;
- (C) o corpo é o fim da cultura;
- (D) o corpo faz parte da natureza;
- (E) as técnicas corporais são inatas.

38

Em um dos seus artigos, o antropólogo José Reginaldo Gonçalves discute os chamados “bens inalienáveis”. Diz ele:

“Os interesses mobilizados pela possibilidade de comprar e vender livremente determinados bens eram vistos como um meio nefasto de descaracterização desses bens e de perda de sua autenticidade. A busca da autenticidade confundia-se, de certo modo, com uma constante e obsessiva proteção contra os efeitos de mercado.”

Essa reflexão ajuda a problematizar a oposição entre as seguintes arenas de valoração:

- (A) mercadorias e objetos sagrados;
- (B) patrimônio e mercado;
- (C) religião e laicidade;
- (D) patrimônio e religião;
- (E) rituais e mercado.

39

Leia o trecho abaixo do artigo “Natureza & Cultura, versão americanista – Um sobrevoo”, de Renato Sztutman.

“(...) seres não humanos que se veem sob forma humana deveriam ver os humanos sob forma não humana, uma vez que a humanidade é uma posição e não uma substância, uma propriedade intrínseca a certa porção de seres. Um porco do mato, por exemplo, se vê como humano enquanto vê o humano como jaguar ou como espírito predador. Ora, todos esses existentes são, potencialmente, humanos (partilham a mesma condição de humanidade [humanity]) apesar de não serem todos da espécie humana (humankind). São todos sujeitos dotados de comportamento, intencionalidade e consciência, estando inseridos em redes de parentesco e afinidade, fazendo festas, bebendo cauim, reportando-se a chefes, fazendo guerra, pintando e decorando seus corpos. O que está em jogo, aqui, portanto, é a diferença entre perspectivas, o que nos envia a uma filosofia ameríndia da diferença.”

Esse trecho descreve o modo de relação entre humanos e não humanos característico da forma de pensamento ameríndio denominada:

- (A) perspectivismo;
- (B) totemismo;
- (C) mutualismo;
- (D) isolacionismo;
- (E) ontologismo.

40

O antropólogo brasileiro Sergio Baptista, em seu texto "Repensando objetos, arte e cultura material", publicado em 2011, afirmou:

"(...) A arte e a cultura material nos coletivos indígenas das terras baixas da América do Sul têm sido trabalhadas ultimamente desde as lógicas nativas, com a tendência de refutar a noção de estética como categoria transcultural, utilizando-se das categorias êmicas presentes nessa arte e em alguns desses objetos, singularmente concebidos como presentificações de relações estabelecidas com alteridades extra-humanas e suas potências, especialmente divindades e demais habitantes do cosmos (animais, plantas, minerais, etc.), dotados de atributos humanos, ponto de vista, subjetividade e intencionalidade. Nesse sentido, tais 'objetos' são sujeitos, possuem agência e não são meras representações de protótipos: são eles próprios. Essa orientação não pretende deslegitimar as análises que enfatizam as manifestações artísticas e os sistemas de objetos como sistemas de representações, indicadores de processos identitários, de afirmação de sujeitos de direitos, de discursos variados e de importantes mensagens culturais neles contidos."

A perspectiva teórica que tem contribuído para ressituar o debate sobre objetos, coisas e materialidades na antropologia contemporânea é a:

- (A) antropologia das representações;
- (B) antropologia visual;
- (C) virada material;
- (D) antropologia das infraestruturas;
- (E) antropologia das mercadorias.

41

Pierre Bourdieu foi um dos principais sociólogos do século XX. Em sua vasta produção intelectual, Bourdieu foi um dos responsáveis pela atualização de um conceito aristotélico, também utilizado por Marcel Mauss, e que ocupa um lugar central nos debates sobre corpo, indivíduo e sociedade. No vocabulário de Bourdieu, tal conceito é definido do seguinte modo:

"[...] é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente."

O conceito renovado por Bourdieu nessa definição é o de:

- (A) habitué;
- (B) hábito;
- (C) habitus;
- (D) ação social;
- (E) agência.

42

A antropóloga brasileira Fabiola Rohden, em um artigo publicado em 2002 e dedicado às contribuições de Marilyn Strathern sobre o tema do parentesco, escreveu:

"Os sistemas de parentesco e as formas de família são pensados como arranjos sociais que têm como base a reprodução biológica. Esses arranjos são vistos como passíveis de assumirem formas diversificadas em culturas e sociedades diferentes, embora sempre assentados sobre uma mesma e única referência, que são os 'fatos naturais' da vida."

Ao apresentar a discussão sobre parentesco, Rohden faz referência ao seguinte dualismo caro aos debates da antropologia contemporânea:

- (A) estrutura e ação;
- (B) natureza e cultura;
- (C) corpo e mente;
- (D) sujeito e objeto;
- (E) subjetividade e objetividade.

43

Leia o trecho abaixo, extraído de um artigo de Maria Eunice Maciel e Regina Abreu, publicado em 2019:

"A cultura material tem sido um dos focos da antropologia desde os primórdios. No contexto dos pioneiros, coletar objetos em pesquisa de campo configurava uma maneira de atestar ou de exibir a prova material viva dos grupos estudados e de suas diferentes culturas. Muitos museus antropológicos ou etnográficos tornaram-se repositórios de práticas de colecionamento em grande escala e voltadas para esse fim no contexto de uma lógica positivista do conhecimento. O estranhamento com as diferentes alteridades pesquisadas implicou essa grande empreitada de juntar coisas que representassem ou expressassem as primeiras pesquisas antropológicas."

A prática de colecionar e expor em museus objetos coletados durante expedições etnográficas está relacionada ao processo histórico-político denominado:

- (A) colonialismo;
- (B) decolonialidade;
- (C) aculturação;
- (D) pós-colonialismo;
- (E) capitalismo.

44

Leia o trecho abaixo, extraído do verbete “Quilombo”, escrito por José Maurício Arruti e publicado no livro “Raça: Perspectivas Antropológicas”:

“O tema dos quilombos coloca em pauta, enfim, o poder de nomeação (que cria o nome) e nomeação (que o atribui) de que é instituído o Direito e o seu garantidor, o Estado, detentor da palavra autorizada por excelência. O poder de se atribuir uma identidade garantida aos agentes e grupos, por meio da qual se distribuem direitos, deveres, encargos, sanções e compensações. É a nomeação oficial que põe um termo ou ao menos um limite à luta travada no mundo social em torno das identidades e, por meio delas, das qualidades dos grupos – que está na origem desses próprios grupos.”

Nesse trecho, o autor discute o seguinte aspecto do debate sobre quilombos no Brasil:

- (A) a categoria "quilombo" como uma noção de Estado, garantidora de direitos;
- (B) a categoria "quilombo" na tradição antropológica;
- (C) a categoria "quilombo" na literatura;
- (D) a luta social dos quilombolas;
- (E) o nascimento da prática de aquilombamento.

45

No prefácio do livro “Trecos, troços e coisas”, o antropólogo Daniel Miller propõe o seguinte:

“O *leitmotiv* deste livro é um questionamento da oposição, vigente no senso comum, entre pessoa e coisa, animado e inanimado, sujeito e objeto. Em alguma medida, a ciência tem conseguido evitar isso. [...] Aqui, em contraste, estou interessado em desenvolvimentos na ciência social, e não na ciência natural, e no encontro qualitativo da antropologia com a diversidade dos povos e a crescente diversidade das coisas.”

O objeto de estudo proposto por Daniel Miller é(são):

- (A) as humanidades;
- (B) a estrutura social;
- (C) a cultura material;
- (D) a ciência;
- (E) os rituais.

46

Em seu texto “A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea”, publicado em 2014, a antropóloga Claudia Fonseca afirma:

“No final dos anos 1980, os testes de DNA para a verificação de laços de paternidade passaram do mundo da fantasia ao dos fatos, trazendo consigo o potencial de uma nova ‘mudança profunda’ em nossa conceituação de família, relações de gênero e parentesco. Embora essa forma de tecnologia ainda não tenha recebido muita atenção acadêmica, estou convencida – baseada em experiência etnográfica em favelas brasileiras – que suas consequências são mais instantâneas e abrangentes do que as rupturas e transições anteriores marcadas pela ciência. Em apenas quinze anos desde a sua primeira descoberta no outro lado do mundo, tanto membros da elite como homens e mulheres da classe trabalhadora incorporaram testes de DNA em seu modo de ver laços e responsabilidades familiares.”

Segundo a autora, a popularização da tecnologia de DNA para rastrear vínculos sanguíneos produziu efeitos nas relações:

- (A) de parentesco;
- (B) de gênero;
- (C) econômicas;
- (D) religiosas;
- (E) de trabalho.

47

Em seu artigo “História e Etnologia. Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira”, publicado em 1999, a antropóloga Lilia Schwarcz comenta:

“Tendo como objetivo chegar às estruturas inconscientes e universais, que impõem formas a diferentes conteúdos, Lévi Strauss escolhia aliados e falava de seus trunfos: ‘Na linguística e na etnologia não é a comparação que fundamenta a generalização, mas sim o contrário.’”

Levi-Strauss elaborou suas reflexões sobre as relações entre linguística e etnologia a partir do material dos(da):

- (A) mitos;
- (B) religião;
- (C) economia;
- (D) saúde;
- (E) cultura.

48

Em seu livro “A caminho da cidade”, publicado em 1978, a antropóloga Eunice Durhan escreveu:

“A industrialização e a urbanização significam a quebra de isolamento das comunidades tradicionais, a crise do sistema produtivo rural e da estrutura tradicional de autoridade, a negação dos velhos valores, a adoção de novos padrões de comportamento.”

O processo social que promove essa transformação da ordem social é(são):

- (A) o progresso científico;
- (B) a aculturação;
- (C) o cerceamento dos campos;
- (D) as migrações;
- (E) as viagens turísticas.

49

A antropóloga Mariana Ramos de Moraes, em um texto publicado em 2017, afirma:

“Trata-se de uma expressão adotada para nomear os grupos praticantes das religiões afro-brasileiras no âmbito das políticas públicas ancoradas no debate acerca da diversidade cultural no Brasil. A preservação da diversidade cultural seria uma das armas contra os assombros da globalização, como preconiza a Unesco ao incentivar seus Estados membros a desenvolverem ações que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos com vistas a garantir a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e, sobretudo, a paz. O Brasil, sendo um desses Estados membros, buscou se pautar nessa orientação na criação de certas políticas públicas, especialmente, a partir de 2003.”

A expressão, extensivamente mobilizada em políticas públicas no Brasil, a que a antropóloga se refere é:

- (A) povos e comunidades tradicionais de matriz africana;
- (B) cultura popular;
- (C) povos afro-ameríndios;
- (D) saberes tradicionais;
- (E) povos e comunidades tradicionais indígenas.

50

Em seu artigo “O futuro nos laudos antropológicos”, o antropólogo Paulo Santini afirma:

“Com respeito ao reconhecimento oficial de direitos territoriais indígenas — em que a delimitação substantiva de um território é exigida para o cumprimento do artigo 231 da Constituição —, a primeira, senão a única atribuição legal de antropólogos é a de empreender e coordenar os estudos dos grupos técnicos instituídos para proceder à identificação e à delimitação das terras ocupadas tradicionalmente pelos índios; requer-se dos especialistas que tracem e demonstrem a continuidade entre povos pré-colombianos e populações atuais.”

A realização de um laudo antropológico pressupõe o emprego de técnicas de pesquisa consagradas pela disciplina.

A técnica de pesquisa antropológica, indispensável na produção de laudos, que permite ao técnico acessar a realidade social em questão, entrar em contato com o grupo pesquisado e conhecer suas singularidades é(são) o(s):

- (A) levantamento bibliográfico;
- (B) registros sonoros;
- (C) registros museológicos ;
- (D) grupo focal;
- (E) trabalho de campo.

51

A Resolução CNJ Nº 287, publicada em 2019, estabelece procedimentos para o tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário. Nesse texto lemos o seguinte trecho:

“Art. 7º A responsabilização de pessoas indígenas deverá considerar os mecanismos próprios da comunidade indígena a que pertença a pessoa acusada, mediante consulta prévia.

Parágrafo único. A autoridade judicial poderá adotar ou homologar práticas de resolução de conflitos e de responsabilização em conformidade com costumes e normas da própria comunidade indígena, nos termos do Art. 57 da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio).”

O artigo citado está em consonância com o seguinte tema amplamente debatido no campo das relações entre antropologia e direito:

- (A) antropologia reversa;
- (B) pluralismo jurídico;
- (C) antropologia simétrica;
- (D) particularismo histórico;
- (E) direito penal.

52

A Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais, publicada em 1989 pela Organização Internacional do Trabalho, é amplamente conhecida por fundamentar o debate que envolve o trabalho dos antropólogos em instâncias do judiciário.

Nos dois parágrafos do Art. 10 dessa convenção, afirma-se o seguinte:

1. Quando sanções sejam impostas pela legislação geral a membros dos povos mencionados, deverão ser levadas em conta as suas características econômicas, sociais e culturais.
2. Dever-se-á dar preferência a tipos de punição outros que o encarceramento.

O procedimento que poderá ser solicitado ao antropólogo em situações envolvendo acusações criminais e minorias étnicas é o(a):

- (A) relatório de pesquisa;
- (B) trabalho de campo;
- (C) etnografia;
- (D) perícia antropológica;
- (E) documentário.

53

Comentando sobre as dificuldades inerentes às afirmações sobre a continuidade histórica de grupos indígenas, muitas vezes demandadas pelos operadores do direito ao antropólogo, João Pacheco de Oliveira afirma:

"A única continuidade que talvez possa ser possível de sustentar é aquela de, recusando o processo histórico vivido por tal grupo, mostrar como ele refabricou constantemente sua unidade e diferença face a outros grupos com os quais esteve em interação."

O pressuposto antropológico que fundamenta esse princípio norteador das pesquisas sobre grupos indígenas é o de que:

- (A) as unidades étnicas são dinâmicas;
- (B) as unidades étnicas são multilineares;
- (C) a interação entre grupos desencadeia processos de aculturação;
- (D) o difusionismo cultural deve sempre ser considerado;
- (E) o evolucionismo cultural caracteriza as diferenças entre grupos distintos;

54

Em um dos capítulos do livro intitulado "A perícia antropológica em processos judiciais", a antropóloga Maria Hilda Paraiso afirma que, nos laudos sobre a identidade de populações remanescentes:

"[a]s questões chave centram-se na comprovação da 'ascendência' indígena dos cutias remanescentes e na posse imemorial da terra, ou seja, a apresentação de provas históricas da presença continuada do grupo indígena na área que pleiteiam."

Para o antropólogo perito, a longa permanência de um grupo em um determinado território é evidenciada por:

- (A) espaços cemiteriais;
- (B) relatos etnográficos;
- (C) entrevistas em profundidade;
- (D) história oral;
- (E) história de vida.

55

João foi acusado, pelo Ministério Público, da prática de crime contra o patrimônio, sendo-lhe aplicada pena restritiva de direitos, além da imposição do dever de reparar o dano que causara. Pouco após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, João faleceu sem deixar patrimônio para os seus dois filhos.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que os dois filhos de João:

- (A) devem cumprir a pena restritiva de direitos, além de ressarcir o dano;
- (B) devem apenas ressarcir o dano, sem cumprir a pena restritiva de direitos;
- (C) devem cumprir apenas a pena restritiva de direitos, sem ressarcir o dano;
- (D) não devem nem cumprir a pena restritiva de direitos nem ressarcir o dano;
- (E) não devem cumprir a pena restritiva de direitos, e somente devem ressarcir o valor principal do dano, sem juros.

56

No processo de registro de candidaturas para determinada eleição, foi identificado que: (I) João não preencheu as condições de elegibilidade exigidas; (II) Maria foi alcançada por uma causa de inelegibilidade; e (III) Ana estava com os seus direitos políticos suspensos.

Na situação descrita na narrativa, é correto afirmar que:

- (A) em I, a cidadania está ineficaz;
- (B) em todas as situações, a cidadania foi afetada apenas em sua acepção ativa;
- (C) tanto em I como em II, a cidadania foi afetada em suas acepções ativa e passiva;
- (D) em III, a cidadania foi afetada tanto em sua acepção ativa como em sua acepção passiva;
- (E) em III, foi reconhecida a perda de nacionalidade, que comprometeu o alistamento eleitoral.

57

Determinada temática está sujeita à competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal. Ao realizar essa constatação, Ana, deputada estadual que pretendia apresentar uma proposição legislativa sobre a referida temática, concluiu corretamente que:

- (A) as normas específicas editadas pelo estado preponderam sobre as normas nacionais editadas pela União;
- (B) os municípios não podem incursionar na temática, mesmo para suplementar normas da União ou do estado;
- (C) os entes federativos podem legislar livremente sobre a temática, que irá vigor no respectivo nível federativo;
- (D) a superveniência de norma geral da União, que colida com norma estadual, não revoga esta última, apenas suspende a sua eficácia;
- (E) as normas gerais editadas pelo estado devem ser observadas pelos municípios situados em seu território, mas são preteridas pelas normas gerais da União.

58

No âmbito do município Alfa, estavam sendo realizados estudos visando à reforma administrativa municipal, sendo aventadas três possibilidades: (I) criar órgãos públicos despersonalizados, com competência para atuar em certas áreas; (II) ampliar o número de entes da Administração Pública indireta; e (III) criar novas secretarias municipais.

As possibilidades alvitadas nos itens I a III devem ser classificadas como exemplos, em ordem, de:

- (A) unipessoalidade, desconcentração e descentralização;
- (B) desconcentração, descentralização e desconcentração;
- (C) desconcentração, multipessoalidade e despersonalização política;
- (D) descentralização, desconcentração e multipessoalidade personalizada;
- (E) multipessoalidade despersonalizada, descentralização e despersonalização política.

59

Ana, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, foi acometida de grave patologia e, em consequência, aposentada por incapacidade para o trabalho. Algum tempo depois, perícia médica atestou a plena recuperação de Ana, que estaria apta a exercer as mesmas funções que exercia anteriormente.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) Ana foi regularmente aposentada, daí decorrendo o ato jurídico perfeito, com a definitividade do ato de aposentadoria;
- (B) é hipótese de aproveitamento de Ana, caso haja vaga e a aposentadoria tenha ocorrido há menos de cinco anos;
- (C) ocorrerá a reversão de Ana, considerando a insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria;
- (D) Ana será readaptada, considerando a alteração da situação fática que motivou a sua aposentadoria;
- (E) Ana será reconduzida ao cargo ocupado em momento anterior à aposentadoria.

60

Marta, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no estado Alfa, estava conduzindo o veículo da repartição quando, agindo com imperícia, ingressou em local proibido e atropelou Ana.

Considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa, é correto afirmar, caso Ana almeje ingressar com a ação cabível para a reparação dos danos, que:

- (A) apenas o estado Alfa deve ser responsabilizado, devendo ser provada a culpa de Marta;
- (B) somente Marta pode ser responsabilizada, considerando o caráter culposo de sua conduta;
- (C) o estado Alfa e Marta devem ser solidariamente responsabilizados, sendo exigida a prova da culpa desta última;
- (D) pode-se optar pela responsabilização do estado Alfa ou de Marta, devendo ser demonstrada a culpa desta última no exercício funcional;
- (E) apenas o estado Alfa deve ser responsabilizado, independente da demonstração da culpa de Marta, cabendo ação regressiva contra esta última.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

